

■ Os desafios da política pública do Novo Ensino Médio e sua formação continuada para o Distrito Federal

 Vinícius Silva de Souza*
Vivina Amorim Sousa**

Resumo: O ensino médio no Distrito Federal é marcado por uma história de movimento e transformações de políticas públicas da Educação Básica. Deste modo, essa etapa escolar é hoje uma seara para o cultivo de novas ideias. Consequentemente, a formação dos profissionais da educação passa a ser ainda mais fundamental na busca da ampliação de um ambiente para desenvolver metodologias de ensino que possam garantir as aprendizagens, para que, desta forma, reconfigurem o modelo tradicional, até então praticado por boa parte das escolas brasileiras. Portanto, a proposta desse artigo é pensar o ensino médio como um espaço de ideias e possibilidades em ebulição, visto que tanto a pesquisa quanto a participação do estudante na organização e formação do seu itinerário formativo são uma realidade para essa nova proposta curricular. Estar nesse desafio requer um diálogo de reconhecimento do trabalho desenvolvido anteriormente para manter os ganhos e conquistas construídos até aqui e principalmente colocar o estudante como o protagonista de todo este processo.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio. Aprendizagens. Currículo. Formação Continuada.

* Doutorando em Educação na linha de pesquisa Estudos Comparados em Educação - ECOE, vinculada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília - PPGE/FEI/UnB, campus universitário Darcy Ribeiro. Integra o grupo de pesquisa GERAJU - Gerações e Juventude (www.geraju.net.br), coordenado pelas professoras Wivian Weller e Sinara Pollom Zardo. Mestre em Ética e Filosofia Política sob o tema do Homo Faber segundo Hannah Arendt pela Universidade de Brasília. Graduado em Filosofia pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Atualmente é Professor Efetivo da Secretária de Educação do Distrito Federal na Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação - EAPE. Foi professor substituto de Filosofia da Educação e História da Educação na Faculdade de Educação da UnB e também atuou como Redator do Currículo da SEEDF do novo Ensino Médio - Bolsista ProBNCC. Contato: desilvavinicius@gmail.com.

** Doutora em História Contemporânea pelo Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais (DHEPI), da Universidade do Porto - (Bolsista da FCT), revalidado pela Universidade de Brasília (UnB). Mestra em História Contemporânea pelo Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais (DHEPI), da Universidade do Porto (Bolsista da FCT), revalidado pela Universidade de Brasília (UnB). Licenciada em História pelo Centro Universitário de Brasília - UNICEUB. Professora na Faculdade de História do UniPROJEÇÃO e Formadora da Escola de Formação de Professores - EAPE da SEEDF. Integra o Banco Nacional de Avaliadores do Sinaes (BASIS), exercendo a função de avaliador ad hoc do INEP/MEC. Redatora do Currículo da SEEDF do novo Ensino Médio - Bolsista ProBNCC. Contato: vivina.sousa@edu.se.df.gov.br.

Introdução

Grandes mudanças nas políticas públicas de educação exigem uma preparação para a efetivação das mesmas e, para isso, a formação continuada é fundamental. Assim, entender a reestruturação curricular brasileira com a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é uma demanda atual dos profissionais da educação básica.

A BNCC é um documento que estabelece os conhecimentos, as competências e as habilidades que os estudantes devem desenvolver durante sua passagem pela Educação Básica. Uma das principais aspirações da nova diretriz é levar a educação brasileira à construção de um ser humano integral, participativo em sua sociedade, como também garantir a permanência e as aprendizagens dos estudantes.

É importante destacar, nesse sentido, que o Novo Ensino Médio é uma política pública voltada para a flexibilização da oferta curricular visando adequar-se às necessidades pedagógicas e aos interesses dos discentes. Assim, com essa proposta mais flexível e proativa, o estudante vai construir, com a participação da sua comunidade escolar, o seu projeto de vida.

Essa política pública evidencia uma atenção especial ao Novo Ensino Médio, que busca repensar os anos finais da educação básica de modo a reformular toda a estrutura que compõe a organização dessa etapa de formação do adolescente. Essa reorganização vai desde uma nova configuração dos componentes curriculares, organizados por área de conhecimento, até um aumento da carga horária, assim como a defesa de um ensino médio em tempo integral. Há também o desenvolvimento dos conceitos de competência e habilidade para o mercado de trabalho e o apoio às escolhas necessárias para a concretização dos seus projetos de vida e a continuidade dos estudos.

O educador brasileiro Anísio Teixeira já vislumbrava uma proposta semelhante de construção participativa e formativa do estudante de ensino médio do Distrito Federal, pois defendia uma educação cidadã e profissional. Isso é ressaltado pelas professoras Wivian Weller e Cielene Vilarins em seu texto *Ensino médio público no Distrito Federal: breve histórico*.

Os Centros de Educação Média deveriam propiciar aos jovens o desenvolvimento de suas aptidões e habilidades a partir da interação com seus pares e da orientação de grupos de professores. Mesmo matriculados em cursos de nível médio distintos, a proposta era permitir a socialização entre todos os jovens que frequentavam os centros, por exemplo, em atividades culturais e esportivas e através da utilização de espaços comuns como a biblioteca e o refeitório. Assim, esses centros estariam preparando as futuras gerações tanto para o mercado de trabalho quanto para a continuidade dos estudos, caso optassem por prosseguir na educação superior. (WELLER; VILARINS, 2018. p. 26).

Assim, pensar na história do ensino médio no DF é entender parte do movimento e das transformações das políticas públicas da Educação Básica. Deste modo, o ensino médio é hoje uma seara para o cultivo de novas ideias. Um possível ambiente para desenvolver metodologias de ensino e aprendizagens que reconfigurem o modelo tradicional, até então praticado por boa parte das escolas brasileiras. Portanto, o ensino médio é um espaço em ebulição de ideias e possibilidades, visto que tanto a pesquisa quanto a participação do estudante na organização e formação do seu itinerário formativo são uma realidade no Novo Ensino Médio.

1. Histórico da construção do documento

Para que essa nova realidade pudesse ser efetivada, deveríamos atualizar, para o ensino médio, o Currículo em Movimento, principal documento norteador da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE-DF). Desta forma, após a homologação da BNCC para o ensino médio, a SEEDF se mobilizou para a construção de uma nova edição do Currículo em Movimento.

Assim, foi feita uma seleção da equipe de redatores por meio de uma seleção pública que teve início em abril de 2019 e contou com o apoio do Ministério da Educação (MEC) através do Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC). Esse programa foi instituído pela Portaria MEC nº 756, de 3 de abril de 2019, com o objetivo de apoiar as Secretarias Estaduais e Distrital de Educação no processo de revisão e implementação de seus currículos alinhados à BNCC.

Dando sequência à revisão do Currículo, tivemos o primeiro Fórum de Discussão para o Currículo em Movimento das Escolas-Piloto do Novo Ensino Médio, que aconteceu no dia 06 de novembro de 2019, na sede da Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (EAPE).

O segundo Fórum de Discussão para o Currículo em Movimento das Escolas-Piloto do Novo Ensino Médio foi voltado para o debate sobre a parte de Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio. A ação aconteceu na EAPE, no dia 20 de novembro de 2019, como encerramento da Consulta Pública realizada no dia 04 de dezembro de 2019, no auditório do Centro Universitário IESB, Campus Asa Sul.

No dia 19 de dezembro de 2019, foi formado o grupo de leitores críticos, com a finalidade de trazer ao currículo as contribuições de diferentes entidades públicas. O grupo foi formado por professores da SEEDF, pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, pelo Fórum Distrital de Educação, pelo Sindicatos dos Professores do Distrito Federal e por outros convidados. O currículo do Novo Ensino Médio teve ainda outras consultas

públicas realizadas para a primeira e segunda versão do Currículo nos anos de 2019 e 2020.

Os processos de análise, discussão e validação da segunda versão do Currículo do Novo Ensino Médio tiveram duas instâncias de escuta pública, além de Plenárias Públicas que ocorreram em todas as Regionais de Ensino, CRE, Escolas de Ensino Médio e demais instâncias da SEEDF. A Consulta Pública ocorreu por meio eletrônico. Para isso, foram utilizados formulários de coletas das contribuições, disponíveis no site da SEEDF e aberta a todos os interessados.

Assim, ressalta-se a imprescindível participação de vários atores da educação, principalmente os professores e professoras da rede pública de ensino do Distrito Federal para a materialização do Currículo em Movimento do Novo Ensino Médio da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, que é resultado de um processo de construção coletiva, na perspectiva de constante movimento da educação.

Logo, toda a proposta do Novo Currículo do Ensino Médio, aprovado pelo Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF), conforme Parecer nº 112/2020, de 1º de dezembro de 2020, está em diálogo com a Lei nº 13.415/2017, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu uma mudança na estrutura do ensino médio, definindo uma nova organização curricular, a ser implementada até 2022 em todo o território nacional.

2. Currículo em Movimento do Distrito Federal

A BNCC e o Currículo em Movimento do Distrito Federal são políticas públicas da educação que se empenham em repensar as práticas educacionais vigentes frente às mudanças constantes da sociedade atual. Como propõe o Currículo em Movimento do DF, em alusão a Edgar Morin,

Morin convoca os educadores para buscarem compreender e questionar a origem dos processos de construção de conhecimentos, indicando que as aprendizagens não podem ser compartimentadas em disciplinas, mas analisadas sob a ótica da complexidade, das multidimensões. Lembra que o ser humano é ao mesmo tempo indivíduo, parte da sociedade e parte de uma espécie. (DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 63).

Assim, os processos educativos de ensinar e aprender estão necessariamente articulados às diretrizes educativas que fundamentam as políticas públicas escolares. Logo, construir um curso de estudo sobre o tema é ser capaz de desenvolver e elaborar o conhecimento de forma dialógica entre o que está posto nos documentos norteadores da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e o espaço social do estudante, sua realidade escolar e familiar.

É de conhecimento popular que a educação é uma das áreas mais importantes para um país ser considerado desenvolvido. Portanto, seria incoerente excluir dessa afirmação a qualidade das escolas públicas. Assim, partindo desse pressuposto, o reitor da Universidade de Lisboa, António Sampaio da Nóvoa, lembra um fato que parece esquecido, visto que “é na escola pública que se ganha ou perde um país” (REZENDE, 2021).

Portanto, os parâmetros educacionais e suas políticas públicas são uma das fontes para o início do ato de ensinar e aprender. Para Bourdier (1998), a responsabilidade pela aprendizagem não é apenas do docente ou do estudante, pois esse processo acontece por uma via de mão dupla, no qual não só a relação em sala de aula desenvolve a aprendizagem, mas todo o espaço de vivência do educando, da sala de aula ao espaço familiar, seus grupos de amigos.

Novos estudos mostram que, apesar do capital cultural que o aluno traz consigo, a escola pode ser um espaço significativo de mudança real e transformadora para o estudante. Para isso, é necessário que o estudante, para além de ser protagonista do seu caminho, seja acolhido e apoiado por essa nova perspectiva de sujeito ativo nessa revolução educacional, afirmando e desenvolvendo, dessa maneira, o seu pensar crítico.

Defender a bandeira da educação no Brasil não é uma tarefa fácil nos dias de hoje. A exclusão de projetos e corte de verbas são palavras recorrentes do vocabulário das instituições de ensino, sem citar as constantes comparações com modelos bem-sucedidos de outros países. Por isso, entender o funcionamento das escolas e a formação dos profissionais da educação é um caminho para construir uma trajetória de ensino e aprendizagem.

Para Nóvoa, o sistema educacional público brasileiro tem dois problemas essenciais na sua configuração, como apresentado no texto *Derrubando o muro entre a universidade e a escola* da Revista *Pólemos* (SOUZA e CALAZAES, 2016 p. 10). Um deles é a falta de compromisso social e político com a educação em geral. Assim, nas palavras do educador português, nós brasileiros já incorporamos a ideia de que escola é algo importante para o desenvolvimento do país, mas, de fato, ainda não há um verdadeiro compromisso com essa ideia. A classe política e mesmo a família precisam entender que a solução não se trata apenas de colocar o maior número de estudantes dentro das escolas, mas garantir que essas tenham uma educação de alta qualidade para sua formação e emancipação.

O segundo problema trata da formação dos professores. Para Nóvoa, ainda se formam, nas universidades públicas do Brasil, professores voltados mais para a teoria do que para a própria prática do ensino. Existe pouco foco nos projetos de docência em relação à formação do professor e, quanto à formação continuada,

em muitos momentos, é deixada de lado. É óbvio que o professor, na sua formação continuada, terá várias demandas para o exercer de suas atividades fora e dentro da sala de aula, entretanto, o compromisso com a aprendizagem deve ser o seu objetivo principal.

A questão da aprendizagem é, antes de qualquer coisa, um problema de sentido. Ou seja, quando estamos aprendendo algo nos perguntamos se aquilo tem algum sentido para a vida. Se eu pedir a uma criança para fazer, durante cinco horas por dia, uma atividade em que ela não encontre nenhum sentido, ela não fará essa atividade – se fizer, fará de forma mecânica e não aprenderá. Quando falamos em escola do futuro falamos de uma escola que se baseia no sentido do aprendizado. Há, hoje, no Brasil, muitas crianças de oito anos que não sabem ler nem escrever, mas essas mesmas crianças são utilizadoras do WhatsApp e muitas delas escrevem e lêem no WhatsApp. Claro, podem escrever e ler mal, mas ainda assim o fazem. No momento em que elas têm uma necessidade de se comunicar, elas vão querer aprender a escrever. Como transformar essa escrita em algo que atenda ao cânone da língua é um desafio. Mas a educação brasileira pode dar um salto e sair de uma situação complicada para uma situação favorável. Isso passa, necessariamente, por resolver o problema do sentido da aprendizagem”. (SOUZA e CALAZAES, 2016 p. 10)

A BNCC afirma que as aprendizagens mínimas são um direito dos estudantes. Desta forma, tenhamos em mente que as Instituições de Ensino necessitam estar atentas às demandas e necessidades de aprendizagem dos nossos estudantes (BRASIL, BNCC, 2018). Segundo Libâneo (2009, p. 9), para que isto ocorra, as instituições “necessitam prover aos seus alunos os meios cognitivos e instrumentais de compreender e lidar com os desafios postos por essa [nova] realidade”. Desta forma, a formação continuada de professores e professoras deve ter como uma de suas principais metas as garantias dessas aprendizagens.

3. A formação continuada

Segundo as Diretrizes de Formação Continuada da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, a educação é um processo necessário para a superação da ordem social vigente, portanto,

A esse respeito, as ações de formação (cursos, congressos, conferências, seminários, simpósios, mesas-redondas, colóquios, fóruns, palestras, oficinas temáticas, projetos e outras ações similares) terão como referência a formação crítica-emancipadora dos sujeitos que dela fizerem parte, por meio do levantamento prévio das demandas de formação continuada, com base nas necessidades e prioridades da SEEDF e da definição dos temas que nortearão os cursos a serem ofertados, seguidos da divulgação, das inscrições e da formação de turmas, considerando o público-alvo e a certificação. (DISTRITO FEDERAL, 2018, p.10)

Assim, é urgente pensar a implementação e a formação do Novo Médio para a educação básica do Distrito Federal, visto que a demanda por esse conhecimento da política pública do Novo Médio é uma realidade institucional e uma demanda de professores e estudantes. Deste modo, a Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais de Educação (EAPE) assume um papel protagonista na formação de seus pares para essa implementação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), artigos 35 e 53, há mais de vinte anos, já se empenhava em marcar como um dos compromissos da Educação Básica a preparação para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento.

Pensando nesse desafio da formação básica do estudante para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições e ao aprimoramento do educando como cidadão, é preciso gerar mudanças significativas na formação do professor. Devemos pensar a formação de professores para preparar a escola como um agente incentivador da permanência e a participação do estudante no ambiente escolar, desta forma, asseguraria a meta três do Plano Distrital de Educação (PDE), que busca garantir o estudante dentro do ambiente escolar em um espaço de ensino e diálogo com sua sociedade.

Desse modo, a proposta curricular do Novo Ensino Médio do Distrito Federal deseja justamente essa atribuição de comunicação entre o estudante e sua aprendizagem. Um dos recursos para o conhecimento acontecer é dispor de formas interativas dos conteúdos ministrados, que não fiquem apenas por responsabilidade dos docentes, mas apareçam como uma ferramenta de transformação da realidade e da vida do discente.

O desenvolvimento de uma consciência crítica que permite ao homem transformar a realidade se faz cada vez mais urgente. Na medida em que os homens, dentro de sua sociedade, vão temporalizando os espaços geográficos e vão fazendo história pela sua própria atividade criadora. (FREIRE, 2013. p. 41).

O desafio é compreender seus caminhos diante de uma realidade tão distinta entre os estudantes. Segundo as diretrizes do Plano Distrital de Educação, que buscam desenvolver no estudante uma consciência reflexiva sobre o conhecimento, a razão e a realidade sócio-histórica-política visam também desenvolver a percepção da integração necessária entre os diferentes estudantes de uma instituição, pois a meta quatro desse mesmo plano busca universalizar e disponibilizar atendimento individualizado aos estudantes com deficiência e outras formas de atenção, muitas vezes, especial.

Assim, a formação para o Novo Ensino Médio se dará por áreas de conhecimento, proporcionando uma

decisão colaborativa sobre assuntos de interesse comum entre todos e, com isso, os professores serão motivados a levar seus estudantes a se sentirem representados a opinar sobre os temas que serão compartilhados com os demais alunos e alunas da escola. Isso ocorrerá devido, principalmente, à proposta do Novo Currículo do Ensino Médio, porque a sua organização dos trabalhos pedagógicos é interdisciplinar e transdisciplinar.

Qual a importância disso para a sociedade em geral? Cidadãos abertos às diferenças e à diversidade, que entendem as necessidades do ser humano plural e diferente. Assim, em casa, na escola, nas ruas e na sociedade, o estudante se sente integrante de um todo que é construído por ele e por suas reflexões. Como ressalta novamente as Diretrizes de Formação Continuada da SEEDF, pois,

a relação teoria e prática na formação continuada dos profissionais da educação revela-se, ao mesmo tempo, como princípio, metodologia e finalidade a que se destina. Todavia, sua essência não é do sujeito que “sabe” sobre o outro que “não sabe”, porque assim os pares se desautorizariam a aprender entre si arraigados ao conceito tacanho de que o ensino se separa da aprendizagem e, principalmente, de que se pode separar o sujeito que ensina daquele que aprende. De igual maneira, o tratamento dado ao conhecimento precisa considerar tal horizontalidade, sem a prevalência ou valorização de algum saber em detrimento de outro. (DISTRITO FEDERAL, 2018, p.41).

O espaço de pertencimento de mundo e a formação do Novo Médio são fundamentais para o desenvolvimento da prática de aprendizagem. A partir da possibilidade de contribuir para a educação em uma escola pública e de organizar atividades pertinentes ao meio escolar dentro e fora de sala de aula é que reside uma das importantes contribuições do Novo Ensino Médio, que também versa sobre o desenvolvimento da consciência e do papel do professor na formação da diversidade.

A educação passa a ser plural ao permitir o espaço de fala dentro da instituição de ensino para o estudante, que, agora, não é mais só um receptor de conhecimento, mas um desbravador que busca um saber crítico e social. Para isso, devemos pensar uma formação continuada aprofundada para os profissionais da educação, o que ocorrerá por meio de percursos formativos específicos no desenvolvimento e na divulgação do plano de formação continuada dos Profissionais da Educação.

Um dos principais eixos estruturantes na formação dos (as) professores (as) se dará no processo das aprendizagens, como preconiza a BNCC, e, para pensarmos em superarmos as dificuldades de aprendizagens apresentadas pelos nossos estudantes, é preciso intervir. Seguindo o conceito de aprendizagem de Vygotsky, no qual esse processo está na zona de desenvolvimento iminente (PRESTES, 2010), devemos atuar, dentro das possibilidades existentes, para que esta possibilidade/

processo ocorra. Assim, devemos praticar intervenções pedagógicas intencionais.

Quando falamos que o aluno deve aprender a aprender, entendemos por autonomia a capacidade de o estudante desenvolver a sua própria aprendizagem por meio de construção independente e com consciência sobre os seus objetivos e estratégias de ação. Mas, para que o ele chegue a esta autonomia, o professor, deve buscar intervir na zona de desenvolvimento iminente como forma de auxiliar o estudante a conseguir esta autonomia. Estes aprendizados serão fruto de diferentes estratégias didáticas intencionais e sistematizadas por parte dos professores que buscarão propiciar o desenvolvimento das competências essenciais para este fim.

Desta forma, há necessidade de os docentes buscarem novos caminhos e novas metodologias de ensino que foquem no protagonismo dos estudantes e que busquem favorecer a motivação e promovam a autonomia destes, o que favorecerá a aprendizagem. É nessa perspectiva que se situa o método ativo, aqui denominado de Metodologias Ativas (considerando os estudantes como sujeitos de aprendizagem). Sendo assim, o estudante deve passar a ser o centro desse processo e não mais o sujeito passivo das nossas práticas pedagógicas.

Atualmente, os parâmetros educacionais impulsionam o despertar do sentido do ato de aprender. A educação passa por um processo de mão dupla, no qual docente e discentes estão constantemente aprendendo e ensinado juntos. Para isso, é necessário que o estudante não caminhe sozinho na sua trilha de aprendizagem, mas entenda o papel da sua família, das suas relações sociais e da comunidade escolar na construção dialógica do seu conhecimento.

A formação continuada do quadro da SEEDF deverá perpassar por todo o grupo docente das Unidades Escolares do Ensino Médio, visto que, no que diz respeito a esta etapa do Educação Básica, é imperativo aperfeiçoar muitas concepções, estruturas e dinâmicas institucionais da rede, em todos os âmbitos da gestão educacional (central, regional e local), sem nos esquecermos da avaliação por objetivos de aprendizagens e na formação de Projeto de Vida. Assim, a busca por essa escola que acolhe as juventudes, preconizadas na BNCC, deve “favorecer a atribuição de sentido às aprendizagens, por sua vinculação aos desafios da realidade e pela explicitação dos contextos de produção e circulação dos conhecimentos” (BRASIL, BNCC, 2018, p. 465).

4. Para não concluir – Como fica o diálogo entre a juventude e o modelo proposto de aprendizagem do Novo Ensino Médio?

Falar de juventude na atualidade é pensar, por exemplo, em conectividade, em internet e em redes sociais.

É identitário ao jovem estudante estar conectado a suas plataformas digitais, dentro e fora do espaço escolar. Vale considerar que as frequentes restrições financeiras, os assaltos e a limitação do uso de aparelhos celulares nas escolas não impedem que ele leve e use o equipamento no ambiente escolar. Ou seja, esse aparelho serve como uma vitrine das imagens, dos relatos, e dos problemas enfrentados por eles.

O estudante se sente representado nesses ambientes digitais, multimodais, tecnológicos e interativos. Seus diálogos acontecem por ícones de aplicativos ou por uso, por exemplo, dos famosos memes. É visível ainda a substituição de palavras que traduzem sentimentos pelos chamados *emojis*. Estamos diante de uma geração influenciada por uma interação multifacetada, marcada principalmente por imagens, frases curtas, vídeos, que, em muitos casos, refletem a cultura, o espaço social de que esse adolescente participa.

Isso posto, tornam-se cabíveis as seguintes questões: a educação entra em comunicação com esses contextos vividos pelos adolescentes? Que ferramentas de pesquisa de aprendizagem auxiliam os professores na utilização de diferentes recursos para produzirem uma aprendizagem viva ao estudante? Esses recursos são acessíveis ou são apenas produtos da educação mercantilizada? A utilização desses recursos produziria que garantias de aprendizagem?

O uso de recursos que dialoguem com esse contexto juvenil se faz presente quando o estudante se torna um dos responsáveis por participar da discussão e da construção do seu conhecimento. O papel de protagonista do seu aprendizado é um desafio posto à educação contemporânea, visto que os conteúdos e os componentes da educação básica eram até então engessados nas disciplinas e nas metodologias tradicionais.

O Ensino Médio é uma etapa de formação não apenas intelectual-cognitiva, mas também um momento de construção de identidades e pertencimentos a grupos distintos, de elaboração

de projetos de vida, ainda que as condições e os percursos dos jovens sejam bastante distintos [...]. O trabalho com estudantes do Ensino Médio deve, portanto, abranger não somente aspectos relativos aos conteúdos considerados necessários para a formação geral ou para a preparação de suas futuras escolhas profissionais. Profissionais da educação, pais e outros agentes precisam desenvolver um olhar atento aos aspectos e situações que refletem sobre a vida dos estudantes, pois estas certamente terão impacto tanto na elaboração de projetos de vida de curto ou longo prazo como na elaboração de projetos profissionais (WELLER, 2014, p. 149).

Assim, os modelos do ensino agora se veem em uma discussão por área de conhecimento, que se empenham em não só estar debruçados sobre um problema determinado, mas também em entender as fontes de influência social que pairam sobre eles. O desenvolvimento das questões é fruto de observação de um estudo investigativo com rigor metodológico. Tal observação se detém em alguns aspectos circunscritos a partir dos quais se apreende uma questão específica e a totalidade com que ela ocorre.

É um tipo de ensino e aprendizagem por área do conhecimento que não se propõe a verificar hipóteses, mas a entender e a refletir sobre a operacionalidade das ações, assim como a se preocupar com o rigor das metodologias empregadas para coletar os dados para a investigação. Portanto, não se trata de desenvolver investigações sem parâmetros fundamentados em teorias, ou mesmo, na elaboração de um discurso já posto, mas de buscar uma metodologia de percepção crítica da realidade empírica investigada.

A área de conhecimento, deste modo, é um estudo que leva a uma investigação ampla do papel social em um escopo que reforça o conhecimento de formação de grupo e reprodução desse comportamento, pois o estudante passa a apreciar o método por se sentir parte de um grupo, por contribuir para transformar o seu meio social e por se afirmar e autoafirmar como sujeito. ■

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2018.

DISTRITO FEDERAL. **Diretrizes de Formação Continuada da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal**. 2018. Brasília: SEEDF/DF. Disponível em: http://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/02/Diretrizes-de-Forma%c3%a7%c3%a3o-Continuada_05fev19.pdf. Acesso em: 6 abr. 2020.

DISTRITO FEDERAL. **Currículo em Movimento do Distrito Federal**: pressupostos teóricos. 1ª edição. Brasília: SEEDF, GDF, 90p. 2014.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. Conteúdos, formação de competências cognitivas e ensino com pesquisa: unindo ensino e modos de investigação. **Cadernos de Pedagogia Universitária** 11, São Paulo: Pró-Reitoria de Graduação, USP, 2009.

MORAN, José. **A importância de construir projetos de vida na educação**. São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2017/10/vida.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2019.

NOGUEIRA, M. A. e CATANI, A. M. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

PRESTES, Zoia Ribeiro. **Quando não é quase a mesma coisa**: Análise de Traduções de Lev Semionovitch Vigorski no Brasil. Repercussões no campo educacional. 2010. 295f. Tese de Doutorado em Educação. Programa de Pós-Graduação, Universidade de Brasília

REZENDE, Eron. **É na escola pública que se ganha ou se perde um país**. 2016. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/muito/noticias/1789023-novoa-e-na-escola-publica-que-se-ganha-ou-se-perde-um-pais>. Acesso em: 10 mar. 2021.

SOUZA, Vinícius Silva de. CALAZÃES, Paula Moreira. SALDANHA, Patrick. PAULO, Vitória Nara de Freitas. **Derrubando o muro entre a universidade e a escola** – Uma palavra da prática do Programa de Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. *Pólemos*, v.5, p.10, 2016.

WELLER, Wivian. Jovens no Ensino Médio: Projetos de Vida e Perspectivas de Futuro. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares (Orgs.). **Juventude e Ensino Médio**: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p.135-154